



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA N.º 17/2006

Acta da reunião ordinária realizada aos vinte e três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e seis. -----

----- Aos vinte e três dias do mês de Agosto de dois mil e seis, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, José Manuel Saraiva Cardoso, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores Excelentíssimos Senhores, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Quaresma Pinheiro e António José Ascensão Fraga.-----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- O Senhor Presidente não se encontrava presente por estar em gozo de férias, falta que foi considerada justificada. -----

----- De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos: -----

1. Aprovação da acta anterior.

2. Período antes da ordem do dia.

3. Concessão de subsídio à Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas, para custear a facturação da água e da electricidade consumida na Piscina da Sicó.

4. Assuntos tratados por subdelegação.

5. Outros assuntos.

----- Intervenção de Múncipes. -----

----- Estando presentes na sala alguns Múncipes o Senhor Vice-Presidente perguntou quem pretendia usar da palavra tendo-se inscritos os Múncipes:-----

1. Francisco Martins Lucas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro. -----

2. Albino Ferrão Monteiro-----

3. Manuel Martins Tacanho -----

4. José Abrantes Isidro -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Francisco Martins Lucas, usou da palavra para informar o Executivo que relativamente às declarações que ficaram escritas na acta da reunião de vinte e seis de Julho feitas pelo Múncipe José Abrantes Isidro, sobre o caminho da Fonte Santa, são falsas, contestando o que foi transmitido, tendo provas para apresentar. A Junta de Freguesia todos os anos procede à limpeza do caminho. O que este ano chamou a atenção foi a plantação de uma árvore no caminho pelo Múncipe. O caminho já existe desde o tempo do vale do Zêzere e sempre serviu quem passava para a ribeira, sendo um caminho público.-----

----- O Senhor Albino Ferrão Monteiro, questionou mais uma vez porque razão é que não foi ainda colocada a grade em cima do muro e qual o processo a que se refere o Senhor Vereador José Pinheiro na acta de Julho, possuindo as actas em que há um compromisso do Senhor Vereador que até ao dia 20 de Março de 2005 iria ser tudo reposto como antes estava.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vice-Presidente informou o Munícipe que sabia quais as razões porque é que ainda não foi colocada a grade, uma vez que foram colocadas dúvidas se o muro era propriedade privada ou do domínio público, não estando esclarecido o assunto em Tribunal. Se o muro for privado haverá que repor a grade conforme estava antes e era intenção da Câmara.-----

----- Continuou o Munícipe Albino Ferrão Monteiro, dizendo que na altura foi falar com o Senhor Dr. Mota Veiga, Presidente nessa data que não lhe levantou qualquer problema sobre o muro.-----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro informou que houve de facto um compromisso para que tudo fosse repostado. Mas como o Munícipe enviou o processo para o Tribunal, nada foi feito até que o Tribunal se pronunciasse sobre a matéria e o Jurista da Câmara também manifestou a opinião de a Câmara não colocar a grade sem a sentença do Tribunal.-----

----- O Senhor Vereador António Fraga solicitou a palavra para sobre este assunto para recordar ao Senhor Vereador José Pinheiro que, quando uma Câmara durante meses não cumpre os compromissos que estavam escritos o que resta ao Munícipe é remeter o processo para Tribunal.-----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro respondeu ao Senhor Vereador António Fraga que do acordo estabelecido com o Munícipe e antes de acabar o prazo, logo em Janeiro e embora os trabalhos corressem mal, já o Tribunal estava a embargar a obra.-----

----- O Vereador António Fraga clarificou que, se o empreiteiro não cumpriu, a Câmara deveria ter tomado uma atitude em relação ao empreiteiro. E se existem prazos estipulados, o Munícipe aguarda, mas uma vez que os prazos não são cumpridos passa-se o tempo a ter reclamações nas reuniões e a única reunião em que não houve reclamações foi a do dia 9 de Novembro a primeira deste Executivo, mas até à presente data houve sempre reclamações em todas as reuniões, porque a Câmara não cumpre as deliberações como se pode ver no registo das actas que a maior parte das deliberações não são cumpridas.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho referiu-se em relação à última questão comentada pelo Senhor Vereador António Fraga dizendo que não se está em presença de decisões tomadas pelo Senhor Presidente ou pelo Senhor Vereador, que são unilaterais ou pessoais. Está-se perante uma deliberação de Câmara que foi tomada em reunião e que consta da acta, em que ficou claro se iria mandar colocar a grade no muro a que se referiu o Senhor Albino Ferrão Monteiro. Sendo uma deliberação de Câmara não é um acordo feito com o Senhor Vereador. Os acordos são feitos pela Câmara na pessoa do Senhor Vereador que tem o dever de dar conhecimento à Câmara. As deliberações são tomadas pela Câmara que as manda executar. Houve de facto a informação verbal do Senhor Vereador que em relação à colocação da grade, o Jurista da Câmara tinha aconselhado que não fosse a mesma colocada enquanto não fossem resolvidas as questões judiciais, mas a opinião do Jurista não se pode sobrepor a uma deliberação tomada pelo Executivo, não havendo Jurista algum que possa alterar uma deliberação de Câmara, a não ser pela acção do Executivo que a poderá ou não revogar. Poderá ser elaborado um parecer Jurídico que será presente a uma reunião de Câmara em que será discutido. Não lhe levanta dúvidas se o muro é público ou privado, porque os muros que suportam terras são naturalmente da propriedade de quem estiverem num plano mais superior, porque se o muro caísse a Câmara obrigaria o Munícipe a reconstruir, porque é um muro de suporte.-----

----- O Senhor Vice-Presidente manifestou a sua discordância em relação à pertença do muro.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Continuou o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho no uso da palavra para por em causa o não cumprimento da deliberação de Câmara. Se porventura houver necessidade de se alterar a deliberação então será decidido em reunião de Câmara. As deliberações que são tomadas devem ser cumpridas.-----

----- O Senhor Vice-Presidente clarificou que o Município desde o início do processo já houve diversas situações que foram reivindicadas e o Tribunal tem vindo a decidir de maneira contrária, dando razão à Câmara. Este caso estando a decorrer no Tribunal não deverá a Câmara tomar qualquer decisão antes do assunto ser proferido pelo mesmo.-----

----- O Município Abrantes Isidro solicitou a palavra para expor que tem em seu poder um extracto da carta militar explicando que o caminho não tem a mesma largura e já por duas vezes foi alargada a estrada havendo cedência de terreno.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho e uma vez que o Município procedeu à explicação e não tecendo considerações nem juízo de valores de quem é o terreno, existindo meios para a Câmara proceder à sua marcação, através da carta militar, implantando a respectiva marcação. Não havendo consenso, devem as partes fazerem provas documentais.-----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro usou da palavra informar que após a sessão de Câmara foi marcada uma reunião no local com o Senhor Presidente da Junta e com as testemunhas e o Senhor José Isidro. Chegando ao local um testemunha afirmou que o caminho era como foi dito pelo Senhor Presidente da Junta a outra testemunha dizia que não.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia interrompeu o Senhor Vereador José Pinheiro para lembrar que essa testemunha já não estava no seu melhor estado.-----

----- Continuou o Senhor Vereador José Pinheiro dizendo que uma vez que não se chegou a nenhuma conclusão, mandou elaborar um levantamento ao terreno do Município José Isidro e com a carta militar, apresentou a proposta para que a Câmara se deslocasse ao local para definir.-----

A proposta foi aceite pelo Executivo, ficando de ser marcada a data da deslocação.-----

----- O Município Manuel Martins Tacanho solicitou a intervenção do Senhor Vereador José Pinheiro, para a colocação de uma calha numa comporta de regadia na Rua do Loteamento do Souto Grande, devido ao desvio da água ser feito com trapos e pedras que depois entopem a regadia.-----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro informou que irá mandar arranjar a comporta.

Aprovação da acta anterior.-----

----- Achada conforme, foi a acta da reunião anterior aprovada e assinada, tendo sido dispensada a sua leitura por o seu texto ter sido previamente distribuído.-----

Período antes da ordem do dia.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho usou da palavra para apresentar algumas questões. Havendo uma pergunta que depois da acta aprovada deverá ser o Senhor Presidente a responder e uma vez que não está presente ficará para a próxima reunião na presença do Senhor Presidente. As questões que irão ser apresentadas poderão ser respondidas hoje ou poderão ser tratadas na próxima reunião, para uma explicação mais concisa.-----

A primeira questão tem haver com o processo de atribuição das casa do Bairro Social o Outeiro; quais foram os critérios de atribuição; qual o número de candidaturas já apresentadas; se existem decisões sobre as candidaturas e que tipo de decisões. Tem conhecimento fora da Câmara que existem pessoas que já têm a garantia de atribuição de uma casa, havendo outros candidatos que até hoje não receberam nenhuma



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

resposta. Não dando acolhimento aos rumores das pessoas, gostaria de ter certezas para também poder esclarecer a opinião pública sobre este assunto. -----

A segunda questão apresentada foi sobre em que fase se encontra o Plano de Urbanização. Houve numa reunião uma explicação da Senhora Arquitecta Teresa Dantas, mas deverá ser a Câmara a dar conta da fase em que se encontra o PU. -----

A terceira questão também tem a ver em que fase se encontra o PDM. Não tendo presente se a data de 30 de Junho seria para uma apresentação dos trabalhos preliminares respeitantes se ao PU se ao PDM, mas até agora ainda não foi dada qualquer explicação. Lembrou que existem candidaturas ao Fundo de Turismo, de particulares que estão pendentes da aprovação do PDM. Seria importante que estes instrumentos urbanísticos tivessem uma certa celeridade para dar respostas mais rápidas e eficazes para o desenvolvimento mais sustentado.-----

A última questão apresentada foi relativa ao PERID tendo sido entregues os diplomas em Março e depois da explicação dada pela Senhor Arquitecta numa reunião, concorda que a Câmara possa impor determinadas condições técnicas nas execução das obras. Mas parece que já não é só isso que está a acontecer. Os Munícipes estão a ser chamados à Câmara e confrontados com situações deste género e como exemplo: “a candidatura que foi apresentada foi para o arranjo do telhado, mas parece que não deve ser reparado o telhado, mas sim reparada a cozinha e fazer mais um quarto-de-banho, devendo abdicar do telhado”. As candidaturas foram objectivas, mas se existem condições técnicas que se levantam devem ser esclarecidas não podendo a Câmara ou os Técnicos substituir os trabalhos que as pessoas pretendem executar. A informação que apresentou foi aquela que lhe foi transmitida e deixou o apelo para que a Câmara tivesse uma posição acerca deste questão juntos dos Técnicos, não se alterando significativamente aquilo que são os interesses das pessoas.-----

----- O Senhor Vice-Presidente começando pela parte final da intervenção do Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho, manifestou-se no sentido que a ideia de chamar os Munícipes para os esclarecimentos que são devidos é necessária, até porque as candidaturas foram apresentadas com base nos orçamentos dos empreiteiros, não sendo coincidentes os interesses comerciais com os das pessoas. No exemplo dado dos telhados, geralmente a conversa tem sido em contrário, o que tem sido hábito é o aconselhamento para que as pessoas concorram ao programa para procederem às obras exteriores e depois às obras interiores. No entanto irá falar com os Técnicos no sentido de trocar ideias e de recomendações com os Munícipes. -----

Em relação ao PDM e PU foi apresentada a sugestão de na próxima reunião fossem agendados estes dois assuntos.-----

Sobre o Bairro do Outeiro e sendo um programa de realojamento e quase um programa de erradicação de barracas, foi em primeiro lugar o interesse em realojar quem anteriormente vivia no bairro, mas como o bairro tinha dimensão maior do que as pessoas que moravam no antigo, foi feito um levantamento no Concelho sobre as condições de famílias que viviam em condições precárias, sendo apresentado ao INH um relatório social por família e inventariadas 16 famílias. Neste contexto e se todas as famílias mantivessem o interesse de ocupar aquelas casas, não haveria lugar a concurso, mas já houve alterações das condições de certas famílias que neste momento já vivem em melhores condições o que deixou em aberto 6 ou 7 casas vazias, havendo a abertura de concurso para essas vagas. -----

----- O Senhor Vereador António Fraga usou da palavra para dizer que aguarda a vinda do Senhor Presidente para colocar o assunto do uso em férias da viatura da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Municipal que já viu e acrescentou apenas, que este tipo de atitudes deste e de outros políticos levam com que as pessoas não acreditem na própria democracia. -----
Quanto ao Largo da Liberdade gostaria de saber se, e vendo uma placa de proibição de estacionamento no lado das casas do Senhor Eng. Gonçalves, Eng. Cunha Direito e muitas vezes por falta de bom senso de certas pessoas que estacionam ali os carros impedindo a entrada para as habitações, porque é que não foi colocado um passeio, havendo do outro lado um enorme. Alertando também para o facto de que a boca de incêndio lá colocada não funciona porque os carros continuam lá estacionados. Na sua opinião este assunto seria resolvido com a colocação de um pequeno passeio evitando que os carros estacionassem junto às portas. -----

Leu um artigo num jornal que um coleccionador de milhares miniaturas de automóveis contactou várias Câmaras do Distrito para a possível instalação de um Museu. Perguntou se a Câmara Municipal de Manteigas foi contactada, porque o Museu já tem destino e é em Gouveia. -----

Na Rua 1.º de Maio, na parte de cima onde se situa o estacionamento, existe umas árvores que não foram podadas e que agora todo o passeio está cheio de bagas o que o torna calamitoso, com cheiro e sujidade. -----

Ainda sobre o reparo da utente do Sabugal, ainda continuam as ervas daninhas no triangulo ao pé da Câmara. -----

Sobre a Fabrica de Águas da Glaciar e não querendo que o tempo lhe viesse a dar razão, alertou para o facto de que se realizar uma assembleia de credores para o próximo dia 6 de Setembro. Chamando a atenção para que, se houver a necessidade de salvaguardar postos de trabalhos a Câmara terá de o fazer, ma se não, a Câmara terá de se constituir como credora, porque desde as facilidades para o processo ser constituído na altura, desde a água de este anos todos que nunca foi paga. Deixando a mensagem para que se faça tudo para que se salvem os postos de trabalhos, uma vez que é do conhecimento da situação económica em que se encontra o Concelho de Manteigas. -----

Sobre a Volta a Portugal e perguntado porque é que no dia 14 e passando a volta em Manteigas e para sua surpresa poderia ter sido resolvido com um comunicado apelando à população para a interrupção do trânsito em determinada hora, uma vez que constatou uma certa descoordenação nesse sentido. -----

Questionou ainda quantos funcionários é que trabalham no Cemitério, pois o que lhe foi transmitido é que chegam a trabalhar 3 funcionários. -----

Sendo focado as habitações do Bairro do Outeiro, deixou a pergunta se houve sensibilidade para o tipo de casa-de-banho que será instalada, uma vez que a maior parte dos utentes terá uma idade razoável. -----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro sobre as questões colocadas pelo Senhor Vereador António Fraga refere que no dia seguinte, deslocar-se-á ao Largo da Liberdade para analisar o tipo de passeio a construir dada a inclinação da via e que, posteriormente, prestará os devidos esclarecimentos. -----

Relativamente ao possível Museu de Miniaturas não houve qualquer contacto com a Câmara Municipal, mas sobre a mesma temática, foram contactados pelo Senhor João Sobreiro Lopes, também coleccionador de miniaturas, para realizar uma exposição em Manteigas. -----

O Senhor Vereador prossegue referindo que em relação à Rua 1.º de Maio será efectuada a poda das árvores na devida altura e que os passeios são varridos pelos funcionários da Câmara Municipal. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Quanto à Fábrica de Águas Glaciar não tem conhecimento do assunto nem no que se refere à Volta a Portugal, na medida em que o controlo do tráfego é da competência da G.N.R.-----

----- O Senhor Vereador António Fraga interrompe, referindo que a Câmara Municipal devia ter comunicado, antecipadamente, à população o percurso da Volta a Portugal e o seu horário.-----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro usa da palavra para esclarecer quanto ao número de funcionários a prestarem serviço no cemitério, referindo que só existe um coveiro. No entanto, quando há necessidade, nomeadamente na realização de funerais e férias do coveiro, é ajudado ou substituído por um jardineiro. Prossegue informando que houve uma alteração relativamente ao pagamento pelo trabalho prestado em dias de descanso semanal, complementar e feriados ficando acordado que seriam pagas sete horas por dia, no sentido da contenção de despesas.-----

----- O Senhor Vice-Presidente usa da palavra para esclarecer que existe uma arbitrariedade na realização da Volta a Portugal, na medida em que devia ser pedido licenciamento às câmaras ou, pelo menos, autorização para a sua passagem nas localidades onde se realiza. Prossegue referindo que só teve conhecimento do percurso da prova porque o consultou na Internet, uma vez que não houve comunicação da organização sobre este assunto e que, num próximo contacto que se efectue com a organização, será referido este facto.-----

Relativamente à Fábrica de Águas Glaciar refere que não sabe como é que a Câmara Municipal se pode constituir como entidade credora, uma vez que tem de cumprir o contrato.-----

----- O Senhor Vereador António Fraga dirige-se ao Senhor Vice-Presidente referindo que está a alertar para o facto e se tiverem que se salvar postos de trabalho deve ser feito a todo o custo.-----

----- O Senhor Vice-Presidente refere que tem de se ter como referência o contrato existente, celebrado aquando da instalação da fábrica, o qual estava cheio de irregularidades que foram sanadas pelo decurso do tempo, como é referido no relatório do IGAT.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho usa da palavra para se pronunciar sobre o mesmo assunto: está esperançado que a laboração prossiga, embora tenha sido feito o pedido de insolvência da empresa e os credores se tenham constituído em Assembleia. Porém, encara que este é um processo que tem todas as condições para ter um resultado final satisfatório, quer para os trabalhadores quer para o Concelho de Manteigas. De qualquer forma, considera que o Senhor Vereador António Fraga tem razão no sentido de serem garantidos os postos de trabalho e da unidade económica em si. Assim sendo, a Câmara Municipal deve acompanhar de perto o processo e tentar comunicar com a Assembleia de Credores, no sentido de potenciar a recuperação da empresa ou pôr-se à disposição para ajudar a resolver alguns problemas que estejam ao seu alcance.-----

----- **Concessão de subsídio à Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas, para custear a facturação da água e da electricidade consumida na Piscina da Sicó. -----**

----- Foi presente o ofício da Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas, em que solicita o ressarcimento da facturação com os gastos de água e de electricidade, na piscina da Sicó, cuja exploração é a Câmara Municipal, apresentando o mapa com os custos mensais.-----

----- O Senhor Vice-Presidente informou que o complexo da Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas não foi pensado para funcionar de modo independente e, por



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

esse motivo, não existiam nem contadores de água nem de electricidade que separassem as contagens dos vários consumos, nomeadamente da piscina e do bar que lhe dá apoio. Ultimamente os custos ganharam alguma dimensão e a escola tem tido mais dificuldades devido aos cortes orçamentais da Direcção Regional de Educação do Centro. Por estes motivos foi efectuado um apuramento das médias de consumos anuais de água e electricidade da piscina e do bar. Por este facto, resultou o pedido de subsídio para fazer face a estes custos. -----

Analisado o ofício, verificou-se que são €230,00 para energia eléctrica e €2.185,36 para o consumo de água. -----

----- O Senhor Vereador António Fraga questiona se a água que abastece a piscina é da rede pública. -----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro informa que parte do abastecimento é efectuado com água da rede pública e o restante pelo autotanque. -----

----- O Senhor Vereador António Fraga sugere que se estude a possibilidade de se efectuar um furo de captação de água para abastecimento ao complexo, na medida em que a tendência dos custos é aumentar. -----

----- Foi deliberado atribuir o subsídio de 2.415,36 €, à Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas, para o ressarcimento com a facturação. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **Assuntos tratados por subdelegação.** -----

----- Para conhecimento da Câmara Municipal foram presentes os actos praticados pelo Senhor Vereador José Quaresma Pinheiro, no uso da subdelegação de competências previstas no n.º 2 do art.º 69.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, constantes na relação n.º 12/06.

Finanças Municipais. -----

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de duzentos e sessenta e sete mil cento e noventa e três euros e sessenta e dois cêntimos (267.193,62 €). -----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim Secretário do Presidente que a redigi.-----
